



# ASSESSORANDO NA **CONSTRUÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PME** DE MANOEL VIANA - RS

Autores: Ederson Nunes Bueno<sup>1</sup>, Calinca Jordânia Pergher<sup>2</sup>,  
Joze Medianeira dos Santos de Andrade Toniolo<sup>3</sup>, Monique  
da Silva<sup>4</sup>

---

1 Instituto Federal Farroupilha | ederson.nbueno@gmail.com  
2 Instituto Federal Farroupilha | calinca.pergher@iffarroupilha.edu.br  
3 Instituto Federal Farroupilha | joze.toniolo@iffarroupilha.edu.br  
4 Instituto Federal Farroupilha | monique.silva@iffarroupilha.edu.br



# ASSESSORANDO NA CONSTRUÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PME DE MANOEL VIANA-RS

*Ederson Nunes Bueno,  
Calinca Jordânia Pergher,  
Joze Medianeira dos Santos de Andrade Toniolo,  
Monique da Silva*

## RESUMO

A Lei Federal nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) instituiu a obrigatoriedade dos estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano, elaborar seus planos de educação ou adequar os planos já aprovados, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE. A partir desta prerrogativa, o Conselho e a Secretaria Municipal de Educação de Manoel Viana solicitaram, em 2015, assessoria ao Instituto Federal Farroupilha – *Campus Alegrete* para atendimento a esta demanda, o que originou a proposição do projeto de extensão: “Assessorando na construção, implementação e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) de Manoel Viana”. O projeto objetivou contribuir na construção, implementação e avaliação do Plano Municipal de Educação de Manoel Viana. Para a elaboração deste plano o processo metodológico eleito foi o participativo, utilizando de estudo da legislação, diagnóstico da realidade educacional local e debate com profissionais da educação. Foram realizados diversos encontros e reuniões para que cada meta do Plano fosse discutida e (re)planejada. Criou-se o Fórum Municipal de Educação que, após a construção do plano, teve a função de realizar constante avaliação e monitoramento das metas e estratégias. Duas metas foram priorizadas: a Meta 15 e a Meta 19. A Meta 15, estratégia 15.6 que criava um Fórum Municipal de Educação (evento de formação continuada) e a Meta 19 que criava o Fórum de acompanhamento do Plano. O evento colaborou diretamente para a formação continuada das duas redes estadual e municipal, o que permite concluir que a concretização do I Fórum foi a primeira meta realizada do PME. A criação do Fórum teve um papel estratégico para o desenvolvimento educacional de Manoel Viana, pois ao mesmo tempo em que envolveu e mobilizou toda a cidade na realização do Fórum, tem realizado o acompanhamento e o monitoramento das atividades, o que tem colocado o Plano em ação. O êxito do trabalho articulado de assessoria do IFFar junto as redes de ensino fez com que o projeto de extensão fosse renovado em 2017.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Plano Municipal de Educação. Extensão.

## **1 PALAVRAS INTRODUTÓRIAS**

A aprovação da Lei Federal de nº 13.005, em 25 de junho de 2014, que cria o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja as metas devem ser cumpridas até 2024, institui que os estados e municípios, no prazo de um ano a partir da data de aprovação do PNE, deveriam construir seus planos municipais e estaduais de educação. Cada município brasileiro deveria construir seu plano, em consonância com o PEE e com o PNE, este último possui 20 grandes metas e várias estratégias, até junho de 2015. A partir desta prerrogativa, a Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Conselho Municipal de Educação (CME) da cidade de Manoel Viana, no ano de 2015, com o histórico de realização de algumas parcerias com projetos de formação continuada na cidade, solicitaram apoio e assessoria ao IFFar – *Campus Alegrete*, para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME). Tal demanda originou a criação do projeto de extensão “Assessorando na construção, implementação e avaliação do Plano Municipal de Educação de Manoel Viana”. O projeto teve como objetivo inicial auxiliar na construção do plano, e posteriormente na implementação e avaliação do plano de Manoel Viana. O PME terá duração decenal, nesse sentido o projeto de extensão iniciado em 2015 e 2016 foi reeditado para 2017, tendo em vista que busca auxiliar na implementação e avaliação de uma política pública educacional. Essa parceria justifica a natureza social do Instituto que é de auxiliar a região no seu desenvolvimento local e educacional, tendo como uma de suas finalidades “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (BRASIL, 2008, art. 6º, inciso III). Além disso, cabe ressaltar o compromisso dos Institutos Federais com a formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais da educação.

## **2 O CAMINHO PERCORRIDO E AS ESCOLHAS FEITAS: UM PROCESSO PARTICIPATIVO**

Na perspectiva da gestão democrática aqui defendida, a única metodologia coerentemente possível para elaboração do PME é a participativa, que visou percorrer algumas etapas: diagnóstico da realidade; estudo da legislação correlata ao tema; debate com todos os segmentos da área da educação do município, levantando possíveis necessidades de qualificação da educação vianense.

Essas etapas objetivavam trazer subsídios para construir um documento que representasse os anseios da comunidade envolvida: gestores, conselhos, professores, pais e alunos. A opção pela metodologia participativa leva em consideração que,

Se o processo educacional é um processo destinado a criar uma nova pedagogia, uma nova democracia, uma nova concepção de poder, uma nova sociedade, a comunidade inteira deveria estar vigilante para que este processo se faça através de uma participação crítica, criativa, livre e ativa (FAUNDEZ, 1993, p. 34).

No entanto, a escolha de uma metodologia participativa não pode fundamentar-se em uma visão ingênua de que em todas as etapas de um processo, dessa natureza, a participação se fará plena em todos os momentos e com todos os segmentos. Todavia, embora tenha ocorrido uma participação representativa, este momento se constituiu no primeiro passo, onde cada segmento teve voz e vez, propondo e participando dos rumos educacionais da sua cidade. Esses primeiros movimentos foram fortalecendo a continuidade do projeto de extensão e, com ele, o desafio de seguir constituindo o processo de forma participativa e engajada.

As ações desenvolvidas a partir do projeto de extensão oportunizaram a participação de cada segmento da comunidade escolar que, com envolvimento e engajamento, lançaram seus olhares para a realidade educacional vivenciada e, a partir dela, foram construindo o seu PME traçando os (novos) rumos da educação do município. Participação, esta, que ao atingir o nível do engajamento (LÜCK, 2011), representa o momento mais pleno de participação, ou seja, aquele que envolve:

[...] o estar presente, o oferecer ideias e opiniões, o expressar o pensamento, o analisar de forma interativa as situações, o tomar decisões sobre o encaminhamento de questões, com base em análises compartilhadas e envolver-se de forma comprometida no encaminhamento e nas ações necessárias e adequadas para efetivação das decisões tomadas (Ibid, p. 47).

Buscando este comprometimento no encaminhamento e realização das ações, através do processo participativo, foram realizadas palestras, reuniões e assembléias, dando a oportunidade da comunidade escolar dizer a sua palavra (FIORI, 2014), o que culminou na aprovação do PME pela Lei de nº 2.335, em 21 de agosto de 2015. Embora a aprovação tenha ocorrido fora do prazo pré-estabelecido, todavia, garantiu um processo de plena participação, corroborando com a visão de Levinski (2008, p. 12) de que o processo participativo “é alimentado pela reflexão crítica sobre a prática em ação, pelo processo de formação continuada, pelo compromisso e sentimento de pertencimento dos atores sociais”.

A decisão tomada pelo grupo gestor da SME e do CME, em comum acordo dos professores municipais, foi a de que mais importante do que cumprir um prazo e elaborar um documento para atender simplesmente a uma exigência legal, era construir democraticamente um documento que tivesse a “cara” da educação de

Manoel Viana. Em busca desta identidade é que o processo de construção do PME de Manoel Viana deu-se em quatro etapas:

**1) Plenárias envolvendo a participação de vários segmentos públicos**, sendo: Secretarias da Educação, de Saúde, da Fazenda e Legislativo Municipais, conselhos, gestores estaduais, grupo de professores e gestores da rede municipal de Manoel Viana e demais envolvidos (Figuras 1 e 2).

**Figura 1 – Palestra inicial para acordo da construção do PME (2015)**



Fonte: elaborada pelos próprios autores

**Figura 2 – I Fórum Municipal de Educação – Encontros preparatórios (2016)**



Fonte: Arquivo dos autores

**2) Trabalhos em grupo**, onde cada grupo estudou e propôs de duas a três metas do plano, e suas estratégias, envolvendo os diferentes níveis de ensino, a partir de coleta de dados do município sobre a sua meta.

3) Assessoramento e acompanhamento do IFFar – *Campus Alegrete* ao órgão gestor (SME e CME) para o passo seguinte que foi a criação, no dia 3 em março de 2016, do Fórum Municipal de Educação (FME), o qual seria responsável pela implementação e avaliação do PME. O FME foi instituído pelo Decreto Individual de nº 04/2016, o qual o IFFar – *Campus Alegrete* também é membro, cujo objetivo é acompanhar e monitorar a implementação do PME, avaliando constantemente as metas e estratégias, enfatizando um processo significativo de constituição de uma política pública educacional. (Figura 3)

**Figura 3 – Reunião para compor o Fórum Municipal de Educação (2016)**



Fonte: elaborada pelos próprios autores

4) Aprovação do PME na Câmara de Vereadores. O grupo que participou da construção do PME esteve em audiência pública na Câmara de vereadores, no mês de agosto para apresentar e explicar o PME, justificando o motivo da aprovação tardia e fora do prazo, explicando a metodologia participativa, bem como as metas e estratégias. Os vereadores fizeram vários questionamentos, sendo que um deles sugeriu o fechamento de escolas do campo, devido ao alto custo para o município. O referido vereador fez a proposição para que fosse acrescentado esse item no PME, todavia, o coletivo presente justificou e fundamentou, a partir da legislação nacional, o motivo pelo qual as escolas do campo não deveriam ser fechadas e, tampouco, esse item poderia fazer parte do PME. Os vereadores, compreendendo que o Plano foi um documento legítimo construído a várias mãos, aprovaram o mesmo sem alterações, legitimando o trabalho coletivo.

Assim, o PME de Manoel Viana foi aprovado, sendo composto das seguintes partes: uma apresentação; caracterização do município; diagnóstico da oferta da

educação básica do Município e do ensino superior; Gestão e financiamento; Metas e estratégias: 20 grandes metas e 195 estratégias; Acompanhamento, controle, avaliação e implementação; referências bibliográficas. No item do acompanhamento está previsto que no ano de 2020 “[...] será realizado de forma participativa um Fórum Municipal para avaliar as 20 metas e todas as estratégias descritas nesse documento” (PMMV, 2015, pg. 99). A elaboração do plano representou um marco importante para a história da educação do município de Manoel Viana, demarcando o início de um longo trabalho.

### **3 O PROCESSO QUE FORMA E TRANSFORMA SEUS PARES**

Após a aprovação do PME, o próximo passo do projeto de extensão constituído pela assessoria técnico-pedagógica do IFFar – *Campus Alegrete* ao CME, SME e o FME foi de realizar o acompanhamento deste processo..

O plano é uma lei municipal e deve ser acompanhado pelo Fórum de acompanhamento, em uma das primeiras reuniões para monitoramento. Após a criação do Fórum previsto na Meta 19, uma das metas que recebeu prioridades assessoria direta do IFFar, no ano de 2016, foi a meta 15 que estava direcionada a formação de professores, visando “garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação [...] (BRASIL, 2014).

A partir desta meta do PNE, contemplada também no PME, o foco da assessoria do IFFar – *Campus Alegrete* centrou-se na estratégia 15.6 criada pelo município, que se propõe a:

Elaborar uma política pública municipal de formação continuada, criando uma equipe para organizar e coordenar a criação de um Fórum Municipal de Educação anual, com início em julho de 2016, visando a troca de experiências entre as escolas, a qualificação e o fortalecimento das políticas públicas de Educação no Município (PME de Manoel Viana, 2015/2025).

Neste sentido, dentro do próprio Fórum, se constituiu uma nova comissão com a finalidade de criar e organizar, através do Decreto Individual nº 09/2016, o I Fórum Municipal de Educação de Manoel Viana, que ocorreu no ano de 2016. O evento visou a formação continuada e a integração de saberes entre os docentes de diversas instituições que foram os formadores: os profissionais da educação de diferentes *campi* do IFFar, das redes estadual e municipal de Manoel Viana e os acadêmicos das licenciaturas do *Campus Alegrete*.

O evento foi planejado de forma participativa, por uma comissão composta por representantes do IFFar – *Campus Alegre*, SME, CME, Câmara Municipal, Entidades civis, direções, professores e alunos das escolas envolvidas, que participaram de vários encontros e reuniões para planejamento coletivo compartilhado, por entendermos que:

A democratização dos processos de gestão da escola, estabelecida na Constituição Nacional, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e no Plano Nacional de Educação acentua a necessidade da ação coletiva compartilhada. A descentralização dos processos de organização e a tomada de decisões em educação e a consequente construção da autonomia da escola demandam o desenvolvimento de espírito de equipe e noção de gestão compartilhada nas instituições de ensino, em todos os níveis (LÜCK, 2013, p. 96)

Com esse espírito de equipe e fazendo a gestão de forma compartilhada, ocorreu a realização do I FME de Manoel Viana (evento), que teve como tema central: “Compartilhando saberes e fazeres pedagógicos”. O evento (Figura 4) objetivou construir uma rede permanente de formação continuada, visando ampliar e fortalecer as políticas públicas em educação no município. Dentre os objetivos específicos, buscou-se promover a socialização de experiências entre as redes municipal e estadual do município, visando aperfeiçoar as práticas educativas; estabelecer, através de parcerias com outras instituições educacionais, troca e interação de saberes e fazeres; e proporcionar a constituição de espaços de diálogo entre a comunidade escolar.

**Figura 4 – Abertura do I Fórum EMEI (2016)**



Fonte: elaborada pelos próprios autores

Dando continuidade ao processo de implementação e avaliação do PME, em 2017 foi organizado o II FME, novamente com assessoria do IFFar e colaboração de palestrantes da rede municipal, estadual e de outras universidades públicas parceiras, com o tema: “Novos olhares e práticas para uma escola crítica e reflexiva”. O evento teve como objetivo geral, promover um espaço de diálogo e qualificação das práticas pedagógicas para a consolidação de uma escola crítica e reflexiva. E como objetivos específicos, proporcionar formação continuada para os profissionais da Rede Pública, levando em consideração a avaliação do I Fórum; Incentivar a constituição do processo participativo nos vários segmentos da comunidade escolar, por meio do fortalecimento dos Conselhos Escolares e da criação dos Grêmios estudantis; socializar e valorizar as práticas pedagógicas, “do ontem e do hoje”, dos profissionais da rede pública.

Paralelamente a realização dos eventos de formação, outra comissão que visava monitorar o Plano Municipal de Educação (Figura 5) seguia se encontrando e discutindo as metas que estavam sendo desenvolvidas, ou não.

**Figura 5 – Reunião para monitoramento do PME (2017)**



Fonte: elaborada pelos próprios autores

Dentre uma das ações mais pontuais foi o convite ao Secretário de Saúde do Município para discutir a meta que previa o atendimento educacional especializado às escolas municipais.

#### **4 PARA NÃO FINALIZAR... ALGUMAS APRENDIZAGENS**

Muitas foram às aprendizagens compartilhadas no decorrer do desenvolvimento do projeto de extensão: Assessorando na construção, implementação e avaliação

do Plano Municipal de Educação de Manoel Viana, dentre elas a importância do fortalecimento de um trabalho em equipe articulado, participativo, “[...]cujos membros se tornam conscientes de seu papel social na construção de uma instituição verdadeiramente educacional, e agem de acordo com essa consciência” (LÜCK, 2011, p. 66).

Foi esse processo democrático que possibilitou a construção de um plano estruturado, através da participação e cooperação de diversos segmentos do município. Para Araújo (2017, p. 24) o PME é “[...] uma das principais leis que regem nossa educação e como o principal caminho a ser trilhado, o grande guia da educação vianense”.

O papel formativo de todo processo e a culminância na organização dos Fóruns potencializou a formação continuada dos profissionais da educação das redes estadual e municipal, realizada em um trabalho de parceria, de troca e de aprendizado conjunto, além de possibilitar a continuidade do assessoramento na implementação e avaliação do PME de Manoel Viana, o que justifica a continuidade do projeto. Afinal,

Pela dialética ação-reflexão-ação constitui-se um movimento cooperativo entre homens e mulheres que passam a perceber-se sujeitos no mundo, imersos em uma realidade que os condiciona, mas também descubram que são capazes de transformá-la (HENZ, 2015, p. 20).

Ações como esta ilustram a práxis freireana do projeto que se funda no diálogo, na reflexão e na ação, buscando a emancipação dos sujeitos da educação, tanto do IFFar, quanto da rede pública de Manoel Viana, sujeitos estes que se constituem numa unidade cooperativa pelo objetivo que compartilham, o trabalho pela qualidade da educação.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Lourdes Batista. **Fórum municipal de educação e plano municipal de educação de Manoel Viana: da teoria à prática**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Pós-graduação – Especialização em Gestão Escolar do Instituto Federal Farroupilha – *Campus Alegrete*, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 07 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Municipal de Educação Caderno de Orientação**, 2014. Disponível em: <http://www.manoelviana.rs.gov.br/download/PlanodeEducacao.pdf> Acesso em: 06 jul 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm) Acesso em: 05 jul 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm) Acesso em 05 julho de 2017.

FAUNDEZ, Antonio. **O poder da participação**. São Paulo: Ed. Cortez, 1993.

FIORI, Ernani Maria. Prefácio: Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 56. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014

HENZ, Celso Ilgo. Círculos Dialógicos Investigativo-formativos e Auto(trans)formação Permanente De Professores. In: HENZ, Celso Ilgo e TONIOLO, Joze Medianeira dos S. de A. (org.). **Dialogus: círculos dialógicos, humanização e auto(trans)formação de professores**. São Leopoldo: Oikos, 2015..

LEVINSKI, Eliara Zavieruka. **A dimensão político-pedagógica do processo participativo no ensino público municipal de Getúlio Vargas – RS**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PREFEITURA DE MANOEL VIANA (Cidade). **Lei nº 2.335**, de 21 de agosto de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Manoel Viana, de duração decenal, Manoel Viana-RS: 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto Individual nº 09**, de 05 de abril de 2016. Nomeia a Comissão Organizadora do I Fórum Municipal de Educação: Saberes e Fazeres Pedagógicos de Manoel Viana.

\_\_\_\_\_. **Decreto Individual nº 04**, de 15 de março de 2016. Nomeia os Membros do Fórum de Implementação e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Manoel Viana.